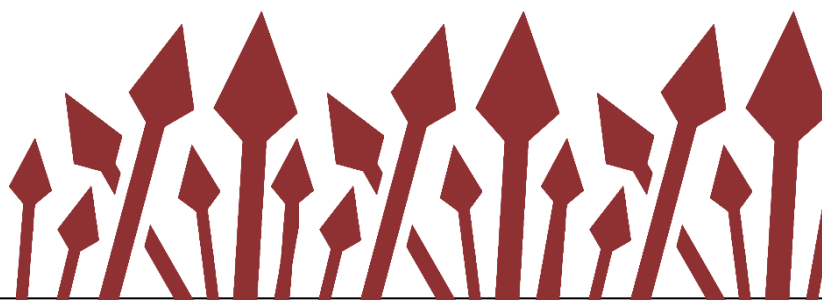


PÓLEMOΣ



Brasília, vol. 11 | n. 23, maio-ago, ano 2022



PÓLE MOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB; Campus Universitário Darcy Ribeiro

Instituto de Ciências Humanas; Departamento de Filosofia

ICC Ala Norte, Bloco B, Subsolo, Módulo 24

ISSN: 2238-7692

E-mail: polemosunb@gmail.com

Website: <http://periodicos.unb.br/index.php/polemos>

A *Pólemos* é uma publicação quadrimestral digital do corpo discente do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores e suas autoras. Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

Está indexada e preservada em *Anpof*, *Cariniana*, *Citefactor*, *Diadorim*, *DOAJ*, *Google Scholar*, *Latindex*, *LivRE* e *REDIB*.

Pólemos is a digital quadri-annual publish of the student body of the Department of Philosophy of the University of Brasilia.

The texts published in this Journal are of entirely responsibility of the author.

The reproduction is permitted since mentioned the source.

It is indexed and preserved in *Anpof*, *Cariniana*, *Citefactor*, *Diadorim*, *DOAJ*, *Google Scholar*, *Latindex* *LivRE* e *REDIB*.

Dados para citação / catalogação

Pólemos – Revista de Estudantes de Filosofia / Universidade de Brasília. – vol. 11, n. 23 (2022). – Brasília, DF.

Quadrimestral (mai – ago)

ISSN: 2238-7692

Disponível na Internet: <http://periodicos.unb.br/index.php/polemos>

1. Periódico. 2. Filosofia 3. Universidade de Brasília 4. Instituto de Ciências Humanas. 5. Departamento de Filosofia

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i23.43630>

Artigo recebido em: 14/06/2022

Artigo aprovado em: 17/10/2022

Artigo publicado em: 19/12/2022

WITTGENSTEIN, POPPER E O DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS FILOSÓFICOS

WITTGENSTEIN, POPPER AND THE DEBATE ABOUT PHILOSOPHICAL PROBLEMS

Bruno Camilo de Oliveira¹

(bruno.camilo@ufersa.edu.br)

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a perspectiva de Ludwig Wittgenstein acerca da impossibilidade da existência dos problemas filosóficos, para em seguida refletir sobre as implicações de tal perspectiva com base no pensamento de Popper. Para tanto, contrapõe-se a perspectiva de Wittgenstein, tal como exposta em sua obra *Tractatus logico-philosophicus*, com a perspectiva de Popper apresentada no texto “A natureza dos problemas filosóficos e suas raízes científicas” (que compõe a reunião *Conjecturas e refutações*). Também será considerada para análise do argumento de Wittgenstein o exemplo do problema enfrentado por Kant na sua obra *Crítica da razão pura*. Segundo Wittgenstein, os problemas filosóficos são pseudoproblemas porque não possuem solução. Entretanto, apesar de admitir a existência de pseudoproblemas, Popper argumenta que problemas factuais, lógicos ou híbridos, em certas circunstâncias, podem ser filosóficos. Busca-se, assim, contrapor essas duas perspectivas para ressaltar como nem todos os problemas filosóficos se tratam de pseudoproblemas.

Palavras-chave: Wittgenstein. Popper. Problemas filosóficos. Ciência natural. Filosofia.

Abstract: The objective of this work is to present Ludwig Wittgenstein's perspective on the impossibility of the existence of philosophical problems, to then reflect on the implications of such a perspective based on Popper's thought. For that, Wittgenstein's perspective, as exposed in his work *Tractatus logico-philosophicus*, is contrasted with Karl Popper's perspective presented in “The nature of philosophical problems and their scientific roots” (in *Conjectures and refutations*). The example of the problem faced by Kant in his work *Critique of pure reason* will also be considered for the analysis of Wittgenstein's argument. According to Wittgenstein, philosophical problems are pseudo-problems because they have no solution. However, despite admitting the existence of pseudo-problems, Popper argues that factual, logical, or hybrid problems, under certain circumstances, can be philosophical. Thus, the aim is to contrast these two perspectives in order to emphasize how not all philosophical problems are pseudo-problems.

Keywords: Wittgenstein. Popper. Philosophical problems. Natural science. Philosophy.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7452029869806408>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7623-1281>.



INTRODUÇÃO

Em 25 de outubro de 1946, na Inglaterra, houve um debate caloroso entre os filósofos austríacos Karl Popper, ainda não tão conhecido, e o já muito conhecido Ludwig Wittgenstein. Popper havia sido convidado para apresentar uma palestra para os membros do Cambridge Moral Science Club, um grupo de professores e estudantes da Universidade de Cambridge que se reunia semanalmente para debater temas filosóficos. Para a ocasião, Popper havia preparado uma apresentação cujo título era “Existem temas filosóficos?”. Além de Wittgenstein, “entre as cerca de 30 pessoas presentes ao encontro, das quais menos de dez estão ainda vivas, também estava Bertrand Russell” (DA REDAÇÃO, 2001, n. p.). Ao que tudo indica, parece que Popper aproveitou o convite para provocar Wittgenstein. Ao escolher o tema da palestra, Popper pretendia mostrar que os temas e problemas filosóficos existem, para confrontar a perspectiva de Wittgenstein (1968) que rejeitava a possibilidade de haver problemas genuinamente filosóficos. O confronto de fato ocorreu, e terminou com uma grande discussão entre os dois, ao ponto de Wittgenstein abandonar a palestra furioso.

64

O objetivo deste artigo é contrapor os pressupostos de Wittgenstein e Popper sobre a natureza dos problemas filosóficos, no intuito de enfatizar, nas considerações finais, as implicações negativas da perspectiva de Wittgenstein.

Para tanto, realiza-se, na seção 2, uma interpretação das perspectivas de Popper e Wittgenstein acerca da possibilidade dos problemas filosóficos, a partir da análise de trechos selecionados do texto “A natureza dos problemas filosóficos e suas raízes científicas”, texto esse que compõe a reunião de textos (ensaios e conferências) de Popper intitulada *Conjecturas e refutações*; e da obra de Wittgenstein intitulada *Tractatus logico-philosophicus*, afim de verificar, em especial, a sua perspectiva acerca da impossibilidade dos problemas filosóficos, uma vez que, segundo ele, se tratam de “pseudoproblemas”, pois não possuiriam solução. A seção seguinte é dedicada à análise do desenvolvimento da física moderna no século XVII para enfatizar que os questionamentos apresentados por Kant na *Crítica da razão pura* acerca da possibilidade do conhecimento científico sobre o mundo não se tratavam de pseudoproblemas, mas problemas genuínos de sua época, provocados pela situação da ciência natural do seu tempo, a fim de enfatizar as deficiências do argumento de Wittgenstein de que não existem problemas filosóficos. Por fim, nas considerações finais, enfatiza-se as implicações negativas da perspectiva de Wittgenstein, especialmente se for considerada a forma como alguns problemas surgem a partir de uma área ou disciplina específica, como a



ciência natural, sendo, no entanto, necessário também admitir que a solução para esses mesmos problemas pode depender de explicações advindas de outras áreas distintas daquela em que o problema foi originalmente levantado.

1 O DEBATE SOBRE A POSSIBILIDADE DOS PROBLEMAS FILOSÓFICOS

Segundo Popper (2008), os problemas filosóficos existem e é importante ressaltar a importância do debate sobre a natureza dos problemas que os filósofos se interessam em resolver. Para ele a tarefa do filósofo é tentar resolver problemas, mesmo consciente de que suas tentativas possam ser frustradas. Por esse motivo, para Popper parece ser muito mais apropriado estimular um debate sobre a possibilidade e a natureza dos problemas filosóficos do que empreender forças para buscar uma posição cética em relação aos problemas típicos da filosofia.

Em uma conferência intitulada “A natureza dos problemas filosóficos e suas raízes científicas” (POPPER, 2008, p. 95), Popper argumenta que todas as áreas do saber se distinguem umas das outras pela natureza dos problemas que buscam resolver, não pela definição que porventura seja a mais aceita em determinado grupo. A esse aspecto da história do pensamento ocidental que busca investigar definições, não problemas, Popper o chama de “ponto de vista essencialista”, e é basicamente uma crítica à influência de Platão na ontologia e na classificação das áreas do saber.² Significa dizer que para a perspectiva popperiana a história do conhecimento erroneamente foi predominantemente uma história de definições, das mais variadas e antagônicas possíveis, não uma história sobre os problemas que as várias formas de conhecimento buscaram resolver. Em outras palavras, para ele os filósofos devem apenas problematizar, em vez de falar sobre “o que é” a filosofia ou qualquer outra coisa.

Esse caráter comum dos problemas persuade algumas pessoas como Popper a dizer que a única maneira de não ser um filósofo seria não perguntar nada, posto que a característica fundamental da filosofia é perguntar e quando perguntamos estamos buscando resolver um problema cuja solução ainda nos é desconhecida. Por isso, pode-se dizer que a filosofia é a raiz de todas as formas do saber, uma vez que todas as áreas se deparam com um problema que precisa ser resolvido.

² Para mais detalhes acerca dessa posição “essencialista” mencionada por Popper ver os caps. 2 e 11 de Popper (1957a) e a seção 10 de Popper (1957b).



Há como discordar desse ponto de vista? Se tomarmos a tese de Wittgenstein (1968), a resposta para essa pergunta seria “sim”. Para ele todos os problemas são científicos porque os ditos problemas filosóficos não passariam de pseudoproblemas: não falsos, porque senão a negação destes constituiriam verdadeiras proposições ou teorias, mas apenas uma combinação de palavras sem sentido. Sobre esse aspecto, Wittgenstein escreve o seguinte:

Sentimos que, mesmo que todas as possíveis questões científicas fossem respondidas, nossos problemas vitais não teriam sido tocados. Sem dúvida, não cabe mais pergunta alguma, e esta é precisamente a resposta. Observa-se a solução dos problemas da vida no desaparecimento desses problemas [...] O método correto em filosofia seria propriamente: nada dizer a não ser o que pode ser dito, isto é, proposições das ciências naturais — algo, portanto, que nada tem a haver com a filosofia; e sempre que alguém quisesse dizer algo a respeito da metafísica, demonstrar-lhe que não conferiu denotação a certos signos de suas proposições. Para outrem esse método não seria satisfatório — ele não teria o sentimento de que lhe estaríamos ensinando filosofia — mas seria o único método estritamente correto (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129).

66

Já que, segundo Wittgenstein, só existem problemas científicos, a filosofia não poderia ser uma disciplina, mas apenas uma atividade com a função de desmascarar os absurdos filosóficos e corrigir o sentido de um discurso. Mas, se assim for, não seria a própria tese de Wittgenstein um paradoxo, uma vez que a própria tese é uma teoria filosófica que pretende ter sentido e ser verdadeira? Segundo ele, não. “Minhas proposições”, argumenta ele, “se elucidam do seguinte modo: quem me entende, por fim as reconhecerá como absurdas, quando graças a elas — por elas — tiver escalado para além delas”, como se não fosse um paradoxo ter que “jogar fora a escada depois de ter subido por ela” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129).

Se tomarmos a perspectiva de Wittgenstein como certa, certamente a filosofia não seria possível, uma vez que não haveria problemas genuinamente filosóficos para investigar. Mas, conforme Popper, é preciso afirmar que “os filósofos devem filosofar – devem tentar resolver problemas filosóficos, em vez de falar sobre a filosofia” (POPPER, 2008, p. 97). Afinal, qual das duas perspectivas parece ser mais satisfatória?

A visão de Wittgenstein sobre os pseudoproblemas da filosofia é influenciada pela classificação de Russell (1903) conhecida como “teoria dos tipos”, que separa as várias expressões da linguagem em “afirmativas verdadeiras”, “afirmativas falsas” e “expressões desprovidas de sentido”. A “teoria dos tipos” foi criada para resolver o problema dos paradoxos



lógicos.³ Russell resolveu o problema dos paradoxos eliminando-os, a partir da observação de que, diferentemente das “afirmativas falsas” e com sentido, que quando negadas passam a ser verdadeiras, a negação das “expressões desprovidas de sentido” ou pseudo-afirmativas resulta também em expressões desprovidas de sentido – para Russell os paradoxos eram pseudoproposições sem sentido.

Utilizando a distinção de Russell, Wittgenstein propôs algo semelhante para acusar toda a filosofia como sendo precisamente sem sentido. Ele classificou os “problemas filosóficos” nas seguintes quatro categorias: os puramente lógicos ou matemáticos, os quais deveriam ser solucionados por proposições lógicas ou matemáticas; os factuais, os quais deveriam ser solucionados pelas proposições de alguma ciência empírica; os que combinam os problemas lógicos ou matemáticos com os factuais, a serem resolvidos por meios de proposições lógico-matemáticas e experimentais; e os pseudoproblemas sem sentido e impossíveis de serem resolvidos. Ele considerou os problemas metafísicos como pseudoproblemas. Desse modo, não poderia haver problemas genuinamente filosóficos e, conseqüentemente, a filosofia estaria confinada a apenas resolver problemas linguísticos.

67

É preciso concordar, apenas em parte, com a avaliação de Wittgenstein. Pois, alguns problemas da filosofia parecem ser realmente pseudoproblemas, por tratarem de questões as quais nada podemos dizer. Mas, isso não significa dizer que toda a história da filosofia está reduzida a pseudoproblemas. Mesmo que alguns filósofos apresentem problemas cuja solução pareça ser difícil ou inalcançável, tais problemas podem ser extremamente importantes e excitantes para o futuro, uma vez que posteriormente alguém possa cumprir a tarefa de reformular tais problemas ou esclarecer e corrigir explicações. No entanto, diz Wittgenstein (1968, p. 53) que “em geral o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar”. Porém, seria coerente retrucar: “mas é justamente quando vale a pena falar”.⁴

Se levarmos em consideração o argumento de que a filosofia é fundamentada em problemas não filosóficos, a tese de Wittgenstein é apropriada apenas quando aplicada às

³ O “paradoxo de Russell” é um problema matemático descoberto pelo próprio Russell que demonstra o paradoxo de que uma resposta afirmativa leva a uma negação, e vice-versa. Russell resolveu esse problema designando a expressão “desprovida de sentido” para afirmativas do tipo que é preferível não descrever simplesmente como “afirmativas falsas”, já que a negação de uma afirmativa falsa, que tenha sentido, será sempre verdadeira. No entanto, a negativa *prima facie* de uma pseudoproposição como “todos os peixes são iguais a 371” é “alguns peixes não são iguais a 371”, ou seja, outra pseudoproposição, tão insatisfatória quanto a primeira. Sobre isso, além de Russell (1903), ver também Whitehead e Russell (1963).

⁴ Segundo Popper (2008, p. 99) essa frase é de autoria de Franz Urbach, quando se propõe retrucar Wittgenstein.



filosofias que negligenciam sua fundamentação externa – social, política, entre outras. Podemos até dizer que não existem problemas filosóficos “puros”, como se eles não fossem determinados por fatores externos e inerentes à determinada época. Mas, dizer como Wittgenstein que não existem problemas filosóficos ou que todos eles são pseudoproblemas, não faz sentido.

Além disso, os problemas filosóficos não são caracterizados por um único método, pois mesmo quando encontramos componentes empíricos e factuais neles, não significa dizer que por isso eles se revelam como científicos, lógicos, linguísticos e não filosóficos. Há exemplos de situações parecidas em que os problemas podem ser resolvidos por meios exclusivamente lógicos, nem por isso tais problemas precisam ser classificados como puramente lógicos ou tautológicos.⁵ Do mesmo modo como somos capazes de resolver problemas da física por meio do uso de cálculos matemáticos e, nem por isso, dizer que se trate de um problema de matemática pura, e não de física.⁶ Assim, mesmo que um problema tenha surgido, por exemplo, no campo da química orgânica, ele bem que poderia ser chamado de filosófico, se ele estiver muito mais bem relacionado com as teorias e problemas discutidos pelos filósofos, do que com as teorias e problemas que os químicos se interessam. “A solução de problemas pode ultrapassar a fronteira de muitas ciências”, já dizia Popper (2008, p. 102).

68

O mesmo ocorre com os problemas científicos, cujos problemas podem surgir e serem resolvidos por asserções não-científicas, inclusive a partir da contemplação teórica e de asserções metafísicas.⁷ Não faz sentido a defesa de uma imagem fechada de ciência, como se não fosse possível pedir auxílio à reflexão metafísica (ou sociológica ou psicológica ou matemática entre outras) para esclarecer alguns problemas da ciência. Ora, para se obter conhecimento científico, não importa qual é exatamente o método que devemos utilizar para resolver um problema, pois qualquer *epistême* que permita uma resposta ou solução válida torna-se importante, mesmo respostas advindas de áreas distintas da ciência natural, como a sociologia, a psicologia, a filosofia e qualquer outra. Por exemplo, mesmo que a “mecânica

⁵ Por exemplo, o uso da lógica para a solução de crimes, para a resolução de problemas filosóficos, para a projeção do ritmo de crescimento de pandemias, para o tratamento de problemas da computação, para a resolução de problemas da engenharia da matemática, para a solução de problemas ligados a jogos como xadrez entre outros exemplos em que o uso da lógica se mostra eficiente para a solução de problemas não pertencentes à lógica pura.

⁶ Basta considerar, por exemplo, os exercícios para a resolução de problemas da mecânica, da termologia, da óptica, da ondulatória e do eletromagnetismo.

⁷ Por exemplo, as questões sobre a origem do universo e sobre a presença da racionalidade na natureza, ambas podem ser consideradas questões de interesse científicos, apesar de serem provenientes de inquietações metafísicas. Alguns cientistas considerados fervorosos empiristas não se limitaram a asserções puramente físicas para a elaboração e resolução de alguns de seus problemas filosóficos, como é o caso, por exemplo, de Newton. Sobre isso ver Camilo (2012).



racional” de Newton (2008, p. 14) tenha usufruído de elementos metafísicos para tentar solucionar problemas e explicar teorias e leis do movimento, é evidente a importância empírica e factual de sua mecânica. O oposto também ocorre. Embora a cosmologia tenha empregado uma metodologia mais ligada a física, ela terá sempre um grande interesse filosófico. A cosmologia não é uma propriedade apenas da ciência, ou da matemática, ou da filosofia, mas de qualquer outra *epistème* que busque problemas os quais são abordados e explicados pela cosmologia. Do mesmo modo, não podemos negar a um problema, que obtenha a capacidade de ser resolvido por meios matemáticos, o atributo de “filosófico”, pois ele pode ser tipicamente filosófico – ou físico ou biológico ou de outro tipo.⁸

69 Dessa forma, a classificação realizada por Wittgenstein das afirmativas genuínas – consequentemente de todos os problemas genuínos – em duas classes distintas e excludentes, as afirmativas factuais – sintéticas *a posteriori* –, pertencentes à ciência empírica, e as afirmativas lógicas – analíticas *a priori* –, pertencentes à lógica formal e à matemática, parece não abranger completamente a complexidade de todas as afirmativas, se demonstrando ser uma classificação muito simples e pouco abrangente. Existem afirmativas de outros tipos, inclusive filosóficas. E, além disso, embora tenha sido criada para justificar a exclusão e condenação dos problemas filosóficos em pseudoproblemas, a classificação de Wittgenstein falha, uma vez que mesmo se a aceitarmos podemos sempre alegar que os problemas factuais, lógicos ou híbridos, em certas circunstâncias, podem ser filosóficos. Esse é um aspecto importante que parece ter sido negligenciado por Wittgenstein – os problemas não precisam ser essencialmente metafísicos e transcendentais para serem considerados filosóficos.

2 UM EXEMPLO: A FÍSICA MODERNA COMO ESTUDO DE CASO

Um estudo sobre o desenvolvimento da física moderna no século XVII, por exemplo, é suficiente para mostrar que os problemas não precisam ser essencialmente metafísicos para serem considerados filosóficos. Pois é possível qualificar o desenvolvimento da física moderna – Copérnico, Kepler, Galileu, Gilbert, Descartes, Newton – como um desenvolvimento também

⁸ Em um texto publicado em 2014, intitulado “Princípios metafísicos do método newtoniano”, Camilo teve a oportunidade de mostrar que uma teoria desenvolvida por Newton pode ser interpretada como factual embora, ao mesmo tempo, consistisse em definições metafísicas. Observou também que há teorias não analíticas que não podem ser testadas, mas que exerceram grande influência no desenvolvimento científico – a exemplos das teorias da gravitação e do movimento ondulatório. Asseverou, ainda, que essas teorias não testáveis eram metafísicas e que tinham sentido e importâncias científicas (cf. CAMILO, 2014).



filosófico, ou seja, não se tratou de um desenvolvimento exclusivamente do ramo da física ou da ciência natural. Esse tipo de abordagem acerca da natureza dos problemas da física moderna foi enfatizado por Kant na *Crítica da razão pura* que, certamente, não considerou os problemas da física moderna como pseudoproblemas, mas como problemas genuínos de sua época, provocados pela situação da ciência natural do seu tempo. A *Crítica da razão pura* foi escrita com a convicção de que o leitor conhecesse de antemão, ainda que de maneira geral, a dinâmica estelar de Newton e a de seus predecessores, como Copérnico, Tycho Brahe, Kepler e Galileu. Após inúmeras tentativas, desde os antigos, de apresentar uma explicação convincente sobre o movimento no mundo, um longo período de mal entendidos e recuperação foi encerrado por uma grande descoberta: a descoberta por Newton da convincente explicação a tanto procurada. A excitação da sua descoberta não foi apenas uma recompensa pessoal, mas uma recompensa para todos que sentiram pela primeira vez alívio depois de tantos esforços sem resultados firmes. O motivo, sabe-se bem, era a teoria da “gravidade”, por meio da qual os planetas e demais corpos se moviam, cuja causa era desconhecida por Newton (2002, p. 290).

70

A teoria de Newton passou a ser aceita por todos e se tornou uma autoridade nos tempos modernos comparada com a que exercia na idade média a teoria aristotélica. Realmente, ninguém poderia dizer que Newton não tinha razão.⁹ As suas descobertas passaram pelas avaliações e testes mais rigorosos, e sempre obtiveram resultados convincentes. Previu, inclusive, desvios muito pequenos das leis de Kepler, que posteriormente serviram para novas descobertas no campo da astronomia. Em um mundo em que as teorias se modificam ou são substituídas cada vez de maneira mais rápida, é comum que nos dias de hoje o estudante ache difícil aceitar a autoridade da teoria de Newton, numa época em que ela foi submetida ao conflito com a teoria de Einstein, não percebendo o mérito de distensão e liberação que ela produzia. Ver a teoria de Newton dessa forma é com certeza uma expressão de “obstáculo epistemológico” (BACHELARD, 1996, p. 17) que é encontrado comumente no meio científico. Havia acontecido algo extraordinariamente mágico, não no sentido dogmático e místico, mas no sentido puramente epistemológico e esclarecedor, numa exaltação da *epistème* como nunca antes na história – um sonho havia se realizado, o segredo, há tanto buscado pelos antigos, e dificilmente repetido, agora havia sido descoberto – a concretização do conhecimento na sua forma mais especial, real, demonstrável e indubitável.

⁹ É inegável a autoridade de Newton nas explicações sobre o movimento celeste. É bem verdade que houve algumas críticas pertinentes, como as críticas de Leibniz e Berkeley, mas é importante ressaltar que o sentido geral da teoria de Newton permanece ainda hoje, com pequenas modificações.



Para Kant, a teoria de Newton era simplesmente verdadeira. E ele fez questão de contribuir com ela, 78 anos após a publicação de *Principia*, consolidando ainda mais àquela visão formidável que consagrou a ciência e Newton, consolidação que perdurou um século após a morte de Kant. Assim, Kant e seus contemporâneos acreditavam que a teoria de Newton era um fato, a manifestação mais sincera que poderia haver da ciência, aceitando-a, a princípio, sem questioná-la.

O ceticismo que ganhou força com Hume (2004) não teve uma resposta influente por Kant. Hume acreditava ter demonstrado a impossibilidade de obtermos conhecimento seguro das leis naturais, isto é, que todo conhecimento que produzimos sobre o mundo advém de observações e que, por isso mesmo, só pode ser aplicado a casos singulares – todo o conhecimento teórico era inseguro. Porém, Kant estava convicto de que havia um fato implacável, a convicção capaz de desafiar Hume de que a *epistème* sobre os movimentos da natureza fora alcançada por Newton.

Estava claro para Kant que ali havia um problema ou um quase-absurdo que não podia ser desprezado. Como poderia Newton chegar àquele conhecimento geral, indubitável, preciso, real, matemático e demonstrável, capaz de explicar fatos observáveis? Eis o problema central da *Crítica da razão pura*. Como é possível haver “ciência natural pura”?¹⁰ Com certeza, o problema que tratava Kant na *Crítica da razão pura* não era simplesmente um problema linguístico, mas um problema genuinamente do conhecimento científico: como teria sido possível Newton alcançá-lo? A *epistème* a qual Newton havia alcançado na aparência, na realidade não podia ser um “fato”, no sentido de algo dado no mundo de forma independente, mas uma teoria e, por isso, o problema era em certo ponto insolúvel e estranho. Hoje, após os estudos de Popper, ou pelo menos até o ponto em que se acredita em sua visão, a teoria de Newton não passa de uma “conjectura” ou uma aproximação bem-sucedida da realidade (cf. POPPER, 2008); não como verdade divina, mas como uma invenção do ser humano, ou seja,

71

¹⁰ Com a expressão “ciência natural pura” (*scientia, epistème*) Kant referia-se simplesmente à teoria de Newton. Mas Kant não faz essa referência de modo explícito. Segundo Popper (2008) o estudante que leia a *Crítica da razão pura*, de 1781 a 1787, não poderá descobrir a referência por si mesmo. Mas Kant é claro nos *Fundamentos metafísicos da ciência natural* (apud POPPER, 2008, p. 122), de 1786, obra na qual Kant formula uma dedução *a priori* da teoria de Newton – principalmente nos oito teoremas da “Segunda parte principal”, especialmente o de nº 2, nota 1, parágrafo 2. Ainda no quinto parágrafo da “Nota geral fenomenológica”, Kant expõe a teoria de Newton. Também na “Conclusão” da *Crítica da razão prática*, de 1788, na qual a menção a “queda de uma pedra” é explicada, no final do segundo parágrafo, por uma referência ao caráter *a priori* da nova astronomia. Ali, Kant afirma que Newton nos ofereceu uma “compreensão do mundo, clara e imutável para todo o futuro, que pode, graças a uma observação contínua, esperar ampliar-se mais, sem jamais recuar ter de voltar atrás” (*KpV*, A 291. 4-9).



não era uma conquista, mas uma aproximação. Assim, desaparece o problema de Kant e todas as suas perplexidades.

Mas, infelizmente, Kant não atentou para esse aspecto do pensamento de Popper. Kant chegou até a propor uma solução para o problema, no que ele chamava de sua revolução de “Copérnico” da epistemologia (*KrV*, B XVI. 16). No Prefácio da segunda edição da *Crítica da razão pura*, encontramos que o conhecimento – ou *epistéme* – é um processo que ocorre de maneira ativa, não passiva, como se os seres humanos fossem receptores passivos de dados sensoriais, pois processam ativamente os dados sensoriais assimilando-os e organizando-os. Isto é, ao assimilar as informações sensoriais os seres humanos as organizam em um universo, impondo ao material que se apresenta aos seus sentidos as leis matemáticas que participam do seu mecanismo de assimilação e organização. Em outras palavras, significa dizer que o intelecto humano não é capaz de descobrir leis universais na natureza, mas prescreve suas próprias leis, impondo-as à natureza.

72 O que passou despercebido por Kant foi a contradição de sua própria resposta ao problema levantado por ele mesmo. Se levada em consideração a chamada “ciência natural pura”, a teoria de Kant não só diz que ela é possível, mas – embora ele não o percebesse – resulta necessariamente do aparato mental humano. Obviamente, se a conquista da *epistéme* é o resultado da legislação e imposição de leis advindas do próprio intelecto humano, então a conquista da “ciência natural pura” torna-se uma conquista contingente e mental. Assim, seria pertinente uma reelaboração do problema levantado por Kant em uma outra gama de problemas: por que não foi uma outra pessoa quem descobriu o que Newton pôde descobrir? Por qual motivo o mecanismo humano de processamento dos dados de observação não funcionou antes de Newton?

Embora seja possível argumentar em desfavor do absurdo da ideia de Kant, não se pode, contudo, desprezá-la, e rotular o seu problema como um pseudoproblema. Há um certo elemento importante em sua indagação, mesmo em uma indagação aparentemente sem sentido como a dele. Ele deveria se perguntar – ou ao menos pode-se acreditar hoje que ele deveria se perguntar – o seguinte: como é possível que certas conjecturas tenham êxito? Se for seguido o espírito copernicano do Prefácio da segunda edição da *Crítica da razão pura*, poder-se-ia responder, mais ou menos, o seguinte: os seres humanos não são receptores passivos dos dados sensoriais, mas sim ativos; não reagem apenas instintivamente ao ambiente, mas conscientemente também; porque são criativos e contam estórias, inventam teorias e mitos; porque são curiosos ou têm naturalmente o desejo de conhecer; porque além



de inventarem histórias e teorias gostam de testá-las para ver se e como funcionam; porque têm provas de que algumas de suas histórias melhoraram a sua adaptação ao mundo, seja por tecnologias ou por teorias. Assim, Kant tinha razão em um ponto, que são os seres humanos, não o mundo, que produzem tais ideias. Porém, é cada vez mais rápido o modo como os seres humanos mudam, ou substituem ou readaptam uma explicação anteriormente tida como a mais correta ou coerente. O que explica o sucesso de tais teorias não é simplesmente uma imposição que possamos encontrar na autoridade que alguém conquistou perante determinada comunidade de regras científicas. Na verdade, ninguém pode apresentar uma explicação definitiva para responder por que nossa busca de teorias explicativas tem êxito, admitindo a probabilidade zero para qualquer teoria válida, isto é, a probabilidade entre as hipóteses explicativas consideradas “bem-sucedidas” e todas as outras que poderiam ser formuladas.¹¹ Nossas teorias não são definitivas, são conjecturas ou aproximações que a nossa mente tenta impor a realidade. Na verdade, se tomarmos a opinião corrente da filosofia da ciência do século XXI, diremos que todas as nossas teorias e ideias estão destinadas ao fracasso. Não resistirão para sempre aos testes e serão rejeitadas pela experiência. E mesmo que algumas poucas alcancem vitória na luta pela sobrevivência, elas morrerão um dia, naturalmente, posto que não são permanentes – ou ao menos é o que acreditamos hoje.

73

É preciso ainda reconhecer que o problema de Kant aqui analisado, embora não seja um problema eminentemente factual no sentido ordinário e empírico do termo, se torna factual em certo sentido, ao menos quando ele chama os fatos de “objetos transcendentais” (*KrV*, A 394. 1-12). O problema de Kant, embora irreal, continha o núcleo de uma verdadeira filosofia da ciência. Contudo, apesar dos problemas possuírem algo em comum, existem certamente algumas diferenças entre eles. É preciso admitir que alguns problemas até podem surgir a partir de uma área ou disciplina específica, mas é preciso também admitir que a solução para esses mesmos problemas pode depender de explicações advindas de disciplinas distintas daquela em que o problema foi originalmente levantado. Pois, cada problema surge a partir de uma discussão que é própria da tradição de pesquisa em causa. Porém a explicação pode necessitar de dados apresentados por outra tradição de pesquisa. Assim, a análise interpretativa da expressão “pseudoproblema”, conforme o exemplo de Kant e o problema da dificuldade de uma ciência pura, parece não fazer sentido. Embora seja possível argumentar em desfavor da perspectiva de Kant, não podemos, contudo, desprezá-la, e rotular o seu problema como um

¹¹ O fato de observar durante toda minha vida que todos os cisnes são brancos, não significa dizer que a proposição “todos os cisnes são brancos” seja verdadeira, pois basta observar um único cisne que não seja branco para que a proposição não seja verdadeira (cf. POPPER, 2007).



pseudoproblema. Há um certo elemento importante em sua indagação, mesmo em uma indagação aparentemente sem sentido como a dele.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

74 Tanto a filosofia quanto a ciência natural, assim como as demais áreas do saber, têm algo em comum: ambas buscam resolver problemas. No entanto, alguns filósofos como Wittgenstein contestam a possibilidade de existirem problemas filosóficos. É importante notar que todas as áreas do saber se ocupam com problemas cuja solução envolve os campos mais diversos. Por exemplo, se tomarmos os problemas estudados pelos astrônomos, como a investigação para encontrar vida numa determinada região do universo recém descoberta, percebemos que os problemas não são resolvidos apenas por assistências a teorias e técnicas classificadas como empíricas, mas matemáticas, atômicas e, em grande parte, de teorias ou especulações filosóficas e metafísicas. Independentemente da área do saber, os problemas possuem, fundamentalmente, um mesmo caráter – todos buscam o desconhecido – embora o procedimento de investigação e a solução de cada problema possam ser diferentes.

Os grandes expoentes da física moderna adotaram várias metodologias de diversas áreas do saber para a investigação de seus problemas, o que possibilitou o estímulo para o conflito e o conseqüente surgimento de novas explicações sobre o mundo físico. A história da física moderna, assim como da ciência em geral, parece confirmar, em grande parte, que a pluralidade metodológica e teórica não é um empecilho para a ocorrência de inovação científica. (cf. FEYERABEND, 2007). Nesse aspecto é possível notar em que sentido a investigação platônica foi também uma investigação física, apesar de apresentar também componentes de outra ordem, como os filosóficos e lógicos.

É bastante importante ter cuidado com as perspectivas de filósofos como Wittgenstein, de que os problemas filosóficos se tratam de pseudoproblemas. Não se deixar seguir as amarras de uma poderosa argumentação, sem antes encontrar nas obras dos grandes filósofos muito mais do que eles sugerem, sem se deixar iludir. Ora, é exatamente quando estudamos os filósofos de determinada época é que somos capazes de entender quais os problemas que afligiam tal época. Assim, podemos dizer que os filósofos procuravam de fato resolver problemas concretos e urgentes de sua época, mesmo que para isso utilizassem de uma especulação teórica insolúvel. “E só assim poderá ter um quadro diferente das grandes filosofias



– quadro que lhe mostrará como os aparentes absurdos têm um sentido” (POPPER, 2008, p. 102).

A imagem congelada que pressupõe que uma disciplina do saber, como a ciência ou a filosofia, oferece uma base particular de conhecimentos, e considera a reflexão metafísica além do domínio empírico – se os cientistas trabalham no campo da ciência experimental, então devem almejar apenas as lições da experiência ou se trabalham as ciências matemáticas devem almejar os princípios da evidencia racional e consideram a filosofia apenas quando já realizaram todo o trabalho efetivo de demonstração – não faz sentido. Para cientistas que adotam essa imagem, se existe uma filosofia das ciências, ela estará sempre no reino dos fatos, e somente terá significado quando a ciência já tiver realizado todo o trabalho de investigação.

Contudo, ainda que possamos encontrar bons argumentos para justificar a presença da filosofia em outras áreas do saber, certamente é possível ainda considerar que há uma diferença entre os problemas da filosofia e das demais áreas do saber, sobretudo entre os problemas filosóficos e os científicos. Talvez por isso a pergunta sobre o que é a filosofia ou o que é a ciência ou “o que é...?”, não é tão relevante quanto a pergunta “por que...?”. A crença de que áreas do saber, como a filosofia, existem em si mesmas devido apenas ao objeto que investigam ou o método que utilizam é uma ideia antiga e ultrapassada. É preciso considerar, além desses elementos, também a natureza dos problemas que cada área investiga. Desconsiderar a natureza dos problemas é um erro, como diz Popper, porque incentiva a ideia de que há um abismo entre os diferentes campos de estudo, mediante a crença em um padrão tendencioso a se desenvolver na formação de sistemas epistêmicos unificados. Certamente, a curiosidade por si só não é suficiente para definir o que é o filósofo, pois existem outras características que podemos encontrar na definição de um filósofo, mas com certeza a curiosidade ou o desejo de conhecer é uma característica necessária a qualquer filósofo. Nesse sentido, a filosofia parece ser indissociável de qualquer área do saber, assim como indispensável para qualquer área.

Antes de tudo, precisamos compreender o contexto que resultou na distinção entre a filosofia e ciência, para termos êxito nessa percepção. Para entender a demarcação entre a filosofia e ciência é preciso uma análise da história primitiva do pensamento científico-filosófico-ocidental. Qualquer estudo sobre o que é a filosofia e, conseqüentemente, sobre o que a distingue das demais áreas do saber, necessariamente precisa considerar investigar a natureza dos problemas filosóficos. É a natureza dos problemas um aspecto fundamental para a classificação de qualquer área do saber – como a filosofia, a ciência natural, a sociologia e qualquer outra –, ainda que seja preciso admitir que há também outros



elementos, como o objeto e o método, também necessários para classificar uma determinada área do saber.



REFERÊNCIAS

- DA REDAÇÃO. A misteriosa briga entre Wittgenstein e Popper. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, não paginado, 29 abr. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2904200109.htm>. Acesso em: 04 maio 2022.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CAMILO, Bruno. *A metafísica de Isaac Newton*. Natal. 131 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16502>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- CAMILO, Bruno. Princípios metafísicos do método newtoniano. In: CONTE, J.; MORTARI, C. A. (org.). *Temas em filosofia contemporânea*. Florianópolis: NEL/UFSC, 2014. p. 172-183. (Rumos da epistemologia; v. 13). Disponível em: <http://nel.ufsc.br/rumos.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- FEYERABEND, Paul Karl. *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- NEWTON, Isaac. *Óptica*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- NEWTON, Isaac. *Principia: princípios matemáticos de filosofia natural*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- POPPER, Karl. *The open society and its enemies*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1957a.
- POPPER, Karl. *The Poverty of historicism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1957b.
- RUSSELL, Bertrand. *The principles of mathematics*. Cambridge: University Press, 1903. Disponível em: <https://ia801405.us.archive.org/25/items/principlesmathe00russgoog/principlesmathe00russgoog.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- WHITEHEAD, Alfred North; RUSSELL, Bertrand. *Principia mathematica. Volume I*. 2. ed. Cambridge: University Press, 1963. Disponível em: <https://archive.org/details/PrincipiaMathematicaVolumeI/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- WITTGENSTEIN, Ludwig Joseph Johann. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 1968.

